



Governo do Distrito Federal
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subcontroladoria de Controle Interno

RELATÓRIO DE AUDITORIA **Nº 11/2022 - DIAFA/COPTC/SUBCI/CGDF**

Unidade : Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
Processo nº: 00480-00005327/2022-18
Assunto : Auditoria de Pessoal
Exercício : 2021
Nº SAEWEB: 0000022167

1 - INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Auditoria, que trata dos exames realizados sobre a Folha de Pagamento da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, objetivando verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, conforme Ordem de Serviço nº 64/2021-SUBCI/CGDF de 11/06/2021.

Na sequência será exposto o resultado da análise realizada na gestão da(s) Unidade (s), conforme ponto(s) a seguir:

- AUSÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS PRIMÁRIOS PARA DETECÇÃO DE DEMISSÃO DE SERVIDORES DO QUADRO.

2 - RESULTADO DOS EXAMES

2.1 - AUSÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS PRIMÁRIOS PARA DETECÇÃO DE DEMISSÃO DE SERVIDORES DO QUADRO

Fato

A Lei Complementar nº 840/2011, em seu art. 211, determina que a Administração deve instaurar investigação em caso de indícios de infrações disciplinares, conforme segue:

Art. 211. Diante de indícios de infração disciplinar, ou diante de representação, a autoridade administrativa competente deve determinar a instauração de sindicância ou processo disciplinar para apurar os fatos e, se for o caso, aplicar a sanção disciplinar.



Já em seu art. 212, §§ 2º e 3º, prevê que a administração pública pode se valer de investigações para a coleta de outros meios de prova necessários para a instauração de sindicância ou processo disciplinar, especialmente no caso de infrações disciplinares noticiadas por meio de denúncias anônimas, ou difundidas pela imprensa, nas redes sociais ou em correspondências escritas.

Trata-se de procedimento administrativo preparatório, sigiloso, de cunho meramente investigativo, destinado a reunir informações necessárias à apuração de fatos nas hipóteses de não haver elementos de convicção suficientes para a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar.

A Instrução Normativa da CGDF Nº 02/2021 também determina a necessária análise do juízo de admissibilidade nos casos de denúncias, representação ou informação de suposta infração, conforme segue:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

Disciplina a realização do juízo de admissibilidade e da investigação preliminar no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal.

O SECRETÁRIO DE ESTADO CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, da Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, e considerado o disposto no artigo 212, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º As denúncias, representações ou informações que noticiem a ocorrência de suposta infração correcional, inclusive anônimas, deverão ser objeto de juízo de admissibilidade que avalie a existência de indícios que justifiquem a sua apuração.

Art. 2º O juízo de admissibilidade é ato administrativo sigiloso por meio do qual a autoridade competente decide, exclusivamente com base na denúncia ou representação, de forma fundamentada:

I - pelo arquivamento; ou

II - pela realização de investigação preliminar ou de procedimento disciplinar no âmbito do órgão ou entidade onde ocorreram os fatos.

Neste sentido, há aplicações de penalidades de demissão ou perda da função pública aos servidores públicos em procedimentos administrativos e judiciais que podem ter reflexos nos cargos ocupados por estes servidores em outros Entes da Federação ou no próprio Ente em que foi apenado, no caso de acumulação de cargos.

Uma das possibilidades de reflexos em outros cargos é a imposição da perda da função pública – uma das sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa. Está



consolidado na jurisprudência do STJ o posicionamento de que a perda da função pública deve se limitar às situações de maior gravidade, levando em conta a extensão do dano, o proveito obtido e a intenção do agente.

O STJ uniformizou o entendimento das suas turmas de direito público em torno do alcance da penalidade de perda da função no tocante aos vínculos do infrator com a administração pública. Para a Primeira Seção, a perda da função imposta em ação de improbidade atinge tanto o cargo que o agente público ocupava, quando praticou a conduta ímproba, quanto qualquer outro em que esteja ao tempo do trânsito em julgado da condenação, conforme informações contidas no sitio <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/02052021-Lei-de-Improbidade-Administrativa-a-jurisprudencia-sobre-a-perda-da-funcao-publica.aspx>.

Ser probo é obrigatório na administração pública. A gravidade da condenação por improbidade administrativa é de tal ordem que torna incompatível a permanência do servidor no exercício de qualquer atividade pública.

Outro caso que podemos exemplificar de possível impacto nos cargos ocupados é a comprovação de má-fé na acumulação de cargos públicos. Vejamos o inciso II, § 6º, do art. 48 da Lei Complementar 840/2011 e o § 6º do art. 133 da Lei 8112/1990 respectivamente, conforme seguem:

Lei Complementar nº 840/2011

Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação.

§ 1º Em decorrência da opção, o servidor deve ser exonerado do cargo, emprego ou função por que não mais tenha interesse.

§ 2º Com a opção pela renúncia aos proventos de aposentadoria, o seu pagamento cessa imediatamente.

§ 3º Se o servidor não fizer a opção no prazo deste artigo, o setor de pessoal da repartição deve solicitar à autoridade competente a instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata.

§ 4º Instaurado o processo disciplinar, se o servidor, até o último dia de prazo para defesa escrita, fizer a opção de que trata este artigo, o processo deve ser arquivado, sem julgamento do mérito.

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica se houver declaração falsa feita pelo servidor sobre acumulação de cargos.



§ 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte:

I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado;

II – **provada a má-fé**, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade **em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal**, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.”

Lei nº 8.112/1990

“Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 163 e 164.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 3º do art. 167.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.



§ 6o Caracterizada a acumulação ilegal e **provada a má-fé**, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade **em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal**, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

Constatada a possibilidade de existência de casos concretos de ocorrências de situações, como as citadas a título de exemplo acima, foi gerada uma trilha de auditoria com servidores públicos do Ente Federal que sofreram alguma penalidade e que poderiam ou não ter impacto nos cargos ocupados por estes servidores no GDF.

Outra trilha gerada trata-se de servidores que foram penalizados no próprio GDF e que poderiam ter reflexos em outros cargos ocupados por estes servidores no próprio Ente.

Em relação a servidores punidos no GDF, os dados foram obtidos por meio da base de punições extraída do Portal de Transparência do DF. Já quanto aos servidores punidos no Ente Federal, a base utilizada foi do CEAF - Cadastro de Expulsões da Administração Federal no Portal da Transparência do Governo Federal.

Cabe aqui uma ressalva no sentido de que a trilha levantada não quer dizer que os servidores ali listados tinham que necessariamente ter impactos nos outros cargos ocupados, mas sim uma lista inicial para uma avaliação preliminar dos Órgãos e Unidades. Cada caso deve ser analisado o enquadramento jurídico de forma a ensejar a abertura de processos administrativos com ampla defesa e contraditório.

De posse destas duas trilhas, foram gerados Solicitações de Informação com dois principais objetivos:

Primeiro seria verificar se os órgãos aplicavam algum controle interno primário para detectar e analisar os possíveis impactos nos cargos ocupados por estes servidores apenados. Segundo objetivo foi demandar as Unidades e Órgãos que analisassem os possíveis impactos dos casos concretos detectados nas trilhas de auditoria.

Neste sentido, foi gerado Solicitação de Informação para SEJUS, Solicitação de Informação N° 84/2021 - CGDF/SUBCI/COPTC/DIAFA (processo SEI n° 00480-00005409 /2021-81), com a relação de servidores apenados no próprio Ente Federativo, conforme segue:



Há aplicações de penalidades de demissão ou perda da função pública aos servidores públicos em procedimentos administrativos e judiciais que podem ter reflexos nos cargos ocupados por estes servidores no Governo do Distrito Federal. Neste sentido, informar como segue:

1. Quais os controles internos primários são aplicados pelo Órgão/Unidade para detectar demissão ou perda da função pública de servidores públicos em procedimentos administrativos e judiciais e para aplicar as medidas necessárias aos casos concretos?
2. Informar os casos que foram detectados nos últimos 5 anos pelos processos internos, informando os processos administrativos abertos e justificando aqueles que não foram abertos processos.
3. Em cruzamentos realizadas na base de dados do SIRAC e SIAPE, conforme planilha que segue, observamos que servidores lotados neste Órgão/Unidade foram apenados com Demissão em outros Entes da Federação e que tal pena poderá ou não ter reflexos nos cargos ocupados no GDF. Informar se estes casos foram detectados pelos controles internos primários, informando os processos administrativos abertos e as justificativas para aqueles que não foram abertos processos.

Por meio do Ofício N° 2031/2021 - SEJUS/GAB, Doc. SEI/GDF 76879243, constatamos manifestação aos questionamentos apontados na Solicitação de Informação - SI N° 84/2021, conforme segue:

“Tratam os autos da Solicitação de Informação N° 84/2021 - CGDF/SUBCI/COPTC /DIAFA (75894567), procedente da Controladoria-Geral do Distrito Federal, a qual encaminha questionamentos com relação à aplicação de penalidades de demissão ou perda da função pública, decorrente de procedimentos administrativos e judiciais, à servidores públicos.

Isto posto, encaminhamos manifestação das áreas técnicas envolvidas, nos termos do Despacho - SEJUS/SUAG (76847498) e Despacho - SEJUS/CONT (76848197), para conhecimento e providências devidas.”

Despacho - SEJUS/SUAG (76847498), Doc. SEI/GDF 76847498, remete ao documento SEI 76766790, conforme segue:

Em atendimento, a Coordenação de Gestão de Pessoas apresentou as considerações constantes no Despacho - SEJUS/SUAG/UNAG/COORGEP 76766790 concernentes a sua área de atuação para subsidiar a devolutiva acerca dos questionamentos realizados pela Diretoria de Auditoria de Folha de Pagamento e Admissões.

Despacho - SEJUS/SUAG/UNAG/COORGEP, Doc. SEI/GDF 76766790, traz manifestação quanto aos itens solicitados, conforme segue:



“QUAIS OS CONTROLES INTERNOS PRIMÁRIOS SÃO APLICADOS PELO ÓRGÃO/UNIDADE PARA DETECTAR DEMISSÃO OU PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS E PARA APLICAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS AOS CASOS CONCRETOS?”

Em relação a este item, a Diretoria de Registros Funcionais informou, por meio do Despacho - SEJUS/UNAG/COORGEP/DIREFUNC(76735157), que consta procedimento no momento da posse, oportunidade que o setor exige que o servidor preencha e assine declaração informando se sofreu penalidade de demissão de cargo público ou de destituição de cargo de confiança ou função comissionada que, nos termos do caput do art. 206 da Lei Complementar nº 840/2011, impossibilita nova investidura no serviço público, além disso o servidor declara se está cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público, estadual, distrital ou municipal. Caso o servidor preencha a declaração de maneira afirmativa, a posse não prossegue, até verificação junto ao setor jurídico sobre o impedimento constatado e se é óbice para nova investidura.

Informamos que o setor que realiza o cadastro de servidor empossado consegue verificar no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH sobre a existência de outro vínculo no GDF, para os casos de posse em cargo efetivo, contribuindo para que se evite a acumulação de cargos que não estejam entre as exceções permitidas na Constituição Federal.

Dito isto, esclarecemos que desconhecemos de tela no SIGRH que se possa pesquisar informação sobre servidores que foram demitidos ou perderam a função pública de modo a auxiliar este setorial quanto a posse de servidor que tenha sofrido alguma dessas medidas.

Dessa maneira, o setor responsável adotou a autodeclaração como forma de controle sobre a matéria.

Sobre isso, verificando o conteúdo disponibilizado no site do Portal da Transparência do Distrito Federal, esta Coordenação identificou a existência de "Cadastro Expulsões" que contém lista de servidores que receberam punições como demissão, perda da função pública e outras. Deste modo, vislumbramos a possibilidade de consulta ao referido conteúdo do site antes da posse de servidor. Contudo, caso exista outro banco de dados com tais informações, solicitamos que este setorial seja informado para aprimoramento dos procedimentos mencionados.

Os esclarecimentos acima se referem ao controle anterior à posse. Assim, no que concerne às medidas administrativas e judiciais aplicadas no decorrer da vida funcional do servidor, temos a informar que as comunicações são encaminhadas para este setorial pelas unidades de controle interno e correicionais, no âmbito administrativo, e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal por intermédio da Assessoria Jurídico-Legislativa, no âmbito de decisões judiciais.

Cabe ressaltar que os procedimentos relacionados à matéria geralmente são instruídas em processo de nível sigiloso no âmbito administrativo, fator limitador de pesquisa por este setorial, o que torna necessária a comunicação pelos setores que lidam como o assunto. No caso dos processos judiciais, informamos que esta Coordenação não tem competência técnica para acompanhar as demandas que tramitam no Judiciário e por esse motivo depende da comunicação oficial pela PGDF e AJL desta pasta.



INFORMAR OS CASOS QUE FORAM DETECTADOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS PELOS PROCESSOS INTERNOS, INFORMANDO OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ABERTOS E JUSTIFICANDO AQUELES QUE NÃO FORAM ABERTOS PROCESSOS.

Informamos que desconhecemos de casos que tenham ocorrido nos últimos 5 anos relacionados aos servidores nessa condição.

EM CRUZAMENTOS REALIZADOS NA BASE DE DADOS DO GDF, CONFORME PLANILHA QUE SEGUE, OBSERVAMOS QUE SERVIDORES LOTADOS NESTE ÓRGÃO/UNIDADE FORAM APENADOS COM DEMISSÃO EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS/JUDICIAIS E QUE TAL PENA PODERÁ OU NÃO TER REFLEXOS NOS CARGOS OCUPADOS NESTE ÓRGÃO /UNIDADE. INFORMAR SE ESTES CASOS FORAM DETECTADOS PELOS CONTROLES INTERNOS PRIMÁRIOS, INFORMANDO OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ABERTOS E AS JUSTIFICATIVAS PARA AQUELES QUE NÃO FORAM ABERTOS PROCESSOS.

(...)

Acerca dos servidores acima listados, a Diretoria de Registros Funcionais prestou os seguintes esclarecimentos:

Em relação ao servidores citados, informamos que o servidor ***** matrícula *****, Técnico Socioeducativo- Auxiliar de Enfermagem, foi admitido em 20/12/1984, e não consta em seus assentos funcionais informação de sanção administrativa de demissão.

O servidor ***** matrícula *****, Técnico em Assistência Social, foi admitido nesta Pasta em 11/07/2013 e apresentou declaração de que não sofreu nenhum tipo de demissão ou destituição de cargo. Verificamos ainda que, além da Secretaria de Justiça e Cidadania, o servidor só possui outro registro na Secretaria de Economia do DF, órgão para o qual está cedido desde 03/08/2020. Ademais, não consta em seus assentos funcionais informação de sanção administrativa de demissão. Desta forma, e considerando o significativo número de homônimos registrados no SIGRH, sugerimos confirmar se o ato de demissão foi aplicado ao servidor em tela, cujo CPF é *****.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as ferramentas disponíveis para consulta de nomes de servidores penalizados, este setorial adotou o controle pela declaração do servidor no momento da posse.

Considerando que os processos administrativos e judiciais que versem sobre a matéria não são disponíveis a este setorial, pelos motivos exposto neste documento, os setores desta Coordenação dependem da comunicação sobre a penalidade aplicada a servidor na decorrer de sua vida funcional para se tomar as medidas necessárias de competência desta unidade de gestão de pessoas..



Despacho - SEJUS/CONT, Doc. SEI/GDF 76848197, conforme segue:

Trata o presente de resposta a Solicitação de Informação N° 84/2021 - CGDF/SUBCI /COPTC/DIAFA (75894567), da Controladoria-Geral do Distrito Federal, a qual encaminha questionamentos com relação à aplicação de penalidades de demissão ou perda da função pública, decorrente de procedimentos administrativos e judiciais, à servidores públicos.

Em consulta a Subsecretaria de Administração Geral, responsável pelo controle primário das admissões, manutenção e desligamentos nos quadros funcionais obteve-se as respostas aos questionamentos no Despacho SEJUS/SUAG/UNAG/COORGEP (76766790).

Em consulta à Coordenação de Correição Administrativa, a qual processa disciplinarmente as ações de servidores desta pasta não consta qualquer processo administrativo disciplinar contra ***** , matrícula ***** ou ***** , matrícula ***** .

Tendo o Órgão se manifestado no Processo 00480-00005409/2021-81, fizemos então a análise quanto aos objetivos do trabalho.

Primeiro em relação ao objetivo de verificar a existência de controles internos primários, não constatamos diante das respostas a existência de processos de acompanhamento ativo por parte do Órgão para detecção de possíveis penalizações de seus servidores ativos e seus reflexos nos cargos ocupados. Apenas é mencionado no processo procedimento de controle passivo no momento da admissão e também durante a vida funcional do servidor. Esta constatação pode ser corroborada pela manifestação conforme segue:

“Considerando as ferramentas disponíveis para consulta de nomes de servidores penalizados, este setorial adotou o controle pela declaração do servidor no momento da posse.

Considerando que os processos administrativos e judiciais que versem sobre a matéria não são disponíveis a este setorial, pelos motivos exposto neste documento, os setores desta Coordenação dependem da comunicação sobre a penalidade aplicada a servidor na decorrer de sua vida funcional para se tomar as medidas necessárias de competência desta unidade de gestão de pessoas.”

Diante da manifestação, não resta outra conclusão senão da inexistência de processos internos proativos para detecção de servidores apenados tanto no mesmo Ente quanto em outros Entes Federativo.

Quanto ao segundo objetivo, partimos então para analisar o tratamento dado à manifestação quanto a cada servidor listado nas Solicitações de Informação. Aqui não cabe a análise do mérito feito pela Órgão, mas apenas se foi ou não analisado e concluído.



Como já mencionado aqui, a lista é apenas uma informação inicial para que o Órgão/Unidade faça uma análise preliminar quanto a pertinência ou não de uma investigação mais aprofundada sobre o caso particular. Isto porque nem todos os casos de punição em um cargo público tem reflexo em outros cargos ocupados por este servidor. Necessário, portanto, uma análise técnica de cada situação no sentido de constatar elementos que possam levar a uma abertura de processos administrativos com direito ao contraditório e ampla defesa.

Quanto aos servidores constantes da lista, constatamos que houve análise conclusiva pela Órgão, conforme é possível observar como segue:

“Em consulta à Coordenação de Correição Administrativa, a qual processa disciplinarmente as ações de servidores desta pasta não consta qualquer processo administrativo disciplinar contra ***** matrícula ***** ou ***** , matrícula *****.”

Tendo em vista o relatado, concluímos em relação aos objetivos do trabalho que a SEJUS demonstrou tratativas em relação ao caso concreto, porém não demonstrou possuir controles internos proativos. Sugerimos a criação de rotina juntamente com a unidade de controle interno, para identificar servidores que sofreram punições e elaborar procedimentos de tratamento nos casos detectados para verificar possíveis reflexos nos cargos ocupados.

Causa

Em 2021:

Ausência de Controles Internos primários.

Consequência

Possível manutenção nos seus quadros de servidores incompatíveis com a função pública.

Recomendação:

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania:

R.1) Criar rotina de consulta com a respectiva unidade de controle interno na base de punições extraída do Portal de Transparência do DF e Cadastro de Expulsões da Administração



Federal no Portal da Transparência do Governo Federal, para identificar servidores que sofreram punições e elaborar procedimentos de tratamento nos casos detectados para verificar possíveis reflexos nos cargos ocupados.

3- CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados e considerando as demais informações, foram constatados:

DIMENSÃO	SUBITEM	CLASSIFICAÇÃO
Pessoal	2.1	Média

Brasília, 21/12/2022



Documento assinado eletronicamente pela **Controladoria Geral do Distrito Federal**, em 21/12/2022, conforme art. 5º do Decreto Nº 39.149, de 26 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 121, quarta-feira, 27 de junho de 2018.



Para validar a autenticidade, acesse o endereço <https://saeweb.cg.df.gov.br/validacao> e informe o código de controle **0903086C.A1DFD5B7.28A5DDBE.224614A7**